



INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO  
Nº 002/2026

PROC. ADM  
Nº 005/2026

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental - CICA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**  
**Processo Administrativo nº 005/2026**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental - CICA, por meio da Diretoria Ade Programas e Projetos, sediado na rua Professora Neuza Cascão Borba, 1691, bairro Jardim Aeroporto, na cidade de Paranaíba/PR, CEP 87705-160, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da Sessão Pública: 21/05/2026.**

**Hora Inicial: 09:30 horas.**

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Aquisição de **01 (um) caminhão 8x4, PBT 28.000 kg, equipado com plataforma fixa tipo “carrega tudo”, com guincho de repuxo mínimo 19 toneladas**, novo/zero km, com entrega técnica e garantia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4. e 3.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4. e 3.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).



3.14. A vedação de que trata o item 3.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de



corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade	Marca/Modelo	Fabricante
1	<b>01 (um) caminhão 8x4, PBT 28.000 kg, equipado com plataforma fixa tipo “carregatudo”, com guincho de repuxo mínimo 19 toneladas</b>	Unitário	Exigido para o caminhão, plataforma e o guincho.	Exigido



6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e



da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

<b>Seq</b>	<b>Item/Grupo</b>	<b>Intervalo Mínimo (em R\$)</b>
1	<b>01 (um) caminhão 8x4, PBT 28.000 kg, equipado com plataforma fixa tipo “carrega tudo”, com guincho de repuxo mínimo 19 toneladas.</b>	R\$ 1.020.000,00

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.





7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2. empresas brasileiras;

7.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1. conter vícios insanáveis;

8.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;





8.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.10.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



- 8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.



9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2. e 10.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.





13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **controle.cica@gmail.com**.

#### **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;



14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SicaF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**15.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [eng.agro.cica@gmail.com](mailto:eng.agro.cica@gmail.com).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**Nº 002/2026**

**PROC. ADM**  
**Nº 005/2026**

16.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço

eletrônico: <https://consorciocica.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes>

16.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.12.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.12.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

16.12.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços

Paranavaí, 05 de maio de 2026.

---

**José Gabriel Gonçalves Fachiano**  
**Presidente CICA**

## CONSÓRCIO INTERM.CAIUÁ AMBIENTAL DE PARANAVAI

## Termo de Referência 9/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	928527-CONSÓRCIO INTERM.CAIUÁ AMBIENTAL DE PARANAVAI	CARLOS VINICIUS LOMES DA CRUZ	04/05/2026 08:28 (v 0.8)
Status	DISPONIBILIZADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		5/2026

## 1. Definição do objeto

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de **CAMINHÃO, CONFIGURAÇÃO 8X4, 0KM, EQUIPADO COM PLATAFORMA FIXA TIPO "CARREGA TUDO" (PRANCHA), GUINDASTE ARTICULADO (MUNCK) E GUINCHO DE REPUXO HIDRÁULICO ≥19T, ANO/MODELO MÍNIMO 2026, POTÊNCIA MÍNIMA DE 280 CV, MOTOR DIESEL 06 CILINDROS**, para atendimento de demandas do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental e Municípios Consorciados, conforme Convênio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

ITEM	QUANT.	Descrição do objeto	Valor Unitário máximo (R\$)	Valor Total máximo (R\$)
01	23	Tipo: CAMINHÃO PRANCHA MAIS GUINDASTE 8X4 E GUINCHO DE REPUXO HIDRÁULICO ≥19T, ANO/MODELO MÍNIMO 2026, Potência mínima de 280 CV; motor diesel 06 cilindros da mesma marca do fabricante ou grupo fabricante do equipamento, atendimento a Resolução Conama 490/2018, (Proconve P8, equivalente ao Euro VI) câmbio automático ou automatizado de no mínimo 9 (nove) marchas/velocidade a frente e 1 (uma) a ré, cor branca (caminhão e prancha), <b>CARACTERÍSTICAS GERAIS:</b> novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor, na data do recebimento da ordem de compra ou modelo de ano superior), cor branca (caminhão e prancha), <b>Equipado com GUINDASTE E PRANCHA</b> com as características abaixo: Sobrechassi Carrega Tudo, - 9.500 mm, Estrutura / Chassi, Fechamento de chapa		



	estampada entre as longarinas, Longarinas com viga I e travessas passantes, permitindo moldar conforme a longarina do veículo, Fechamento longitudinal nas extremidades em perfil C, gerando mais robustez, Assoalho em chapa de aço xadrez 4,25 mm., Argolas no assoalho para amarração de carga, - Rampa eletro-hidráulica de 1 estágio com acionamento por alavanca, Suporte vertical (pé) com sapata, Mancais fundidos no eixo da articulação da rampa traseira, <b>Guindaste</b> , Características técnicas: Momento máximo (t m): 17, Capacidade máxima (kg): 5.100, Alcance máximo vertical (m): 15,06, Alcance máximo vertical hidráulico (m): 12,1, Alcance máximo horizontal hidráulico (m): 8,97, Ângulo de giro (°): 360, Lança acionamento hidráulico: 4, Lança acionamento manual: 2, Estrutura: LNE - 600/700. <b>GARANTIA::</b> de 12 (doze) meses (caminhão e prancha e guindaste), todas as <b>REVISÕES</b> por igual período, com insumos, logística e mão de obra às expensas da CONTRATADA sem limite de quilometragem; <b>ENTREGA:</b> a CONTRATADA entregará com tanque cheio; licenciado e emplacado, bem como é responsável por todas as despesas por danos e ou avarias do bem até a efetiva entrega. <b>PNEUS:</b> mínimo 275/80 R22.5 de uso misto. <b>CAPACIDADE:</b> Peso bruto total (PBT) homologado de 29.000 kg, <b>TREINAMENTO/ENTREGA TÉCN. COM FORNECIMENTO DE CERTIFICADO, ADESIVO(S) DO(S) PROGRAMA(S).</b>	R \$ 23.378.212,00	R \$ 1.016.444,00
--	--	-----------------------	----------------------

**VALOR TOTAL: R\$ 23.378.212,00 (vinte e três milhões, trezentos e setenta e oito mil, duzentos e doze reais e zero centavos).**

1.2. O(s) itens(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 Os itens poderão ser adquiridos através de Adesão à Ata de Registro de Preços pelos municípios consorciados: **Alto Paraná, Amaporã, Atalaia, Cruzeiro do Sul, Doutor Camargo, Florai, Inajá, Jardim Olinda, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Paraíso do Norte, Parapioema, Paranaíba, Presidente Castelo Branco, Santa Inês, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Jorge do Ivaí, Tamboara, Terra Rica, Uniflor**, por demais municípios que venham a se consorciar e pelo Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental.

1.5. Considerando que os equipamentos serão adquiridos por municípios que estão localizados no Noroeste do Estado do Paraná, os caminhões deverão ter pelo menos uma concessionária autorizada no Noroeste do Estado do Paraná, com distancia não superior a 100km do Município de Paranaíba para assistência técnica. A comprovação deverá ser feita através de documento assinado pela proponente, onde conste a relação da(s) concessionária(s)/revenda(s) autorizada(s) com endereço completo, telefone, e-mail, etc.

1.6. É vedado à Contratada opor qualquer restrição de assistência técnica constante no manual da Fabricante/Montadora ou em outro instrumento da fábrica, cuja participação no Certame configura plena aceitação das condições exigidas. Para o eventual conserto/manutenção/reparo do bem defeituoso ou viciado, exige-se a utilização de peças/componentes/itens originais e novos, conforme dispõe o art. 21 do CDC. Após o conserto ou a substituição, o bem terá mais 90 dias de garantia legal, nos termos do art. 26, inciso II, do CDC.

1.7. Presente contratação será de acordo com art.82 da Lei nº 14.133 de 2021, ainda, pela licitação ser por item, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste.

1.8. Presente contratação será de acordo com art.40 da Lei nº 14.133/21, o qual prevê que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual; quando pertine, processamento por meio de sistema de registro de preços.

1.9. Contudo, cabe destacar que o quantitativo/valor é estimado, ainda a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar; desta forma, é mais viável a contratação pelo sistema de registro de preços.

**1.10. Somente será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente da licitação aos municípios consorciados, não sendo permitido adesão posterior de demais municípios não pertencentes ao consórcio; nem a participação de empresas em consórcios ou cooperativas no processo licitatório.**

1.11. O Consórcio CICA é o órgão Gerenciador da Licitação sendo que os entes consorciados serão considerados Órgãos Aderentes no caso de vir a aderir a presente Ata de Registro de Preços. E como supracitado na cláusula anterior poderão aderir à Ata aqueles que vierem a se consorciar.

1.12. O edital e Ata de Registro de Preço oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. Descrição da solução**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 A licitação a ser realizada é de responsabilidade exclusiva do Órgão Gerenciador, isto é, o CICA, e possui a finalidade de atender seus entes consorciados, para suprimento da demanda e a solicitação dos mesmos, sendo que, a contratação é de acordo com as necessidades de cada ente que venha a aderir ao certame. Com isso, tem-se que o CICA é responsável por aplicar sanções, gerenciar a ata e autorizar as solicitações de uso, e os Órgãos Aderentes possuem a responsabilidade de empenhar e pagar à Contratada o quantitativo e valor total requeridos.

3.3. Este Termo de Referência trata da aquisição de CAMINHÃO PRANCHA MAIS GUINDASTE 8X4 E GUINCHO DE REPUXO HIDRÁULICO 19T, ANO/MODELO MÍNIMO 2026, Potência mínima de 280 CV; motor diesel 06 cilindros, destinados ao atendimento de demandas dos municípios consorciados do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental, no âmbito dos Convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), com vistas a:

- O Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental, composto por municípios consorciados, recebeu do Governo do Estado, por meio da Secretaria da Agricultura, um conjunto de máquinas pesadas destinadas ao atendimento de demandas rurais e de infraestrutura.
- Cada município beneficiado obteve recursos aproximados de R\$ 3.700.000,00, totalizando investimentos significativos em equipamentos como tratores de esteira, escavadeiras hidráulicas e rolos compactadores.
- Esses bens, embora essenciais para a execução de serviços de pavimentação rural, conservação de estradas e suporte à agricultura familiar, apresentam: limitações críticas de mobilidade; são máquinas de grande porte e peso, impossibilitando sua locomoção autônoma por longas distâncias sem veículos especializados.
- A ausência de meios adequados de transporte compromete sua utilização plena, gerando ociosidade e subaproveitamento dos investimentos públicos realizados. Essa situação impacta diretamente a prestação de serviços públicos, prejudicando a expectativa de resultados para a qual os equipamentos foram adquiridos: melhoria da infraestrutura rural, aumento da produtividade agrícola e atendimento às demandas diárias dos consorciados.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar, poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei Federal n. 14.133/2021, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas previstas nos documentos deste processo licitatório – em especial neste Termo de Referência e no Edital e nos seus anexos – e nos regimentos e normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

4.2. A contratação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do contrato a ser formulado e os requisitos para a contratação constam também do próprio descritivo dos itens a serem licitados e nas folhas de dados presentes nos autos deste processo licitatório e que também estarão anexas ao edital.

É necessário manter as condições de habilitação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador.

4.3. Para garantir a máxima eficiência e desempenho dos caminhões, está sendo exigido que o motor seja da mesma marca do fabricante ou grupo fabricante do equipamento. Desse modo, importante trazer as explicações a respeito da razão pela qual entende-se tecnicamente mais adequada a divisão dos caminhões com motor da mesma marca do fabricante ou grupo fabricante e caminhões sem essa exigência. Tal solução foi tomada em razão de diferentes configurações disponíveis no mercado, garantindo isonomia, concorrência e proposta mais vantajosa para a Administração Pública, de acordo com suas necessidades.

4.4. Assim sendo, o motor é o principal componente e a importância do seu projeto integrado ao restante do equipamento traz um conjunto com funcionamento mais harmônico, evitando montagens inapropriadas ou desnecessárias, garantindo economia de combustível, lubrificantes e manutenções mais rápidas e econômicas, evitando que a máquina fique longo tempo parada, sem uso. Desse modo, traduzimos com tal exigência em razão do motor, que devem ser da mesma marca do fabricante ou grupo fabricante do equipamento, com o objetivo de assegurar a responsabilidade sobre a garantia por apenas um fabricante.

**4.5. Observada possibilidade de cumprimento do objeto licitado por vários concorrentes, com variados produtos de diferentes marcas, não há se falar em restrição competitiva de exigência de maquinário pesado com motor e equipamento do mesmo fabricante.**

4.6. Ressaltamos que é prática comum dos fabricantes manufaturar também o motor dos seus equipamentos, assim, a exigência não resulta em qualquer prejuízo para o poder público. Diversas marcas possuem fabricação própria dos motores, o que garantirá competitividade e proposta mais vantajosa para a Administração. Observe-se que não está sendo exigida determinada marca de motor, podendo ser de qualquer marca, desde que do mesmo fabricante da máquina. Dessa forma, observa-se que tecnicamente se justifica a exigência do motor ser da mesma marca do fabricante, garantindo assim a eficiência e economicidade, princípios basilares da Administração Pública.

4.7. O inciso XXI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil preleciona que “ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure

igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. Interpretando o citado dispositivo em conjunto com as disposições da Lei Federal 14.133/21 Ronny Charles (2023, págs. 411-412) defende a possibilidade de não exigir determinados requisitos de habilitação, ainda que não abarcados pela exceção do art. 70, inciso III, da Lei 14.133/21, quando desnecessárias à garantia do cumprimento da obrigação:

Importante perceber, de qualquer forma, que as exigências de habilitação devem sempre ser compatíveis com a garantia do cumprimento das obrigações contratuais, conforme diretriz dada pelo inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal. Nesta feita, eventual desconformidade entre a exigência legal e a pretensão contratual envolvida podem legitimar a não exigência de determinado requisito, mesmo sem a expressa ressalva legal. A rígida exigência de toda a documentação de habilitação definida pela Lei nº 14.133/2021, mesmo quando desnecessária à garantia do cumprimento das obrigações, apenas vai gerar disfunção, ampliando os custos transacionais e prejudicando a eficiência das contratações públicas. O caráter exemplificativo é evidente quando percebemos que as exigências legais de habilitação como comandos normativos relativos que devem ser interpretados de acordo com a Constituição Federal, norma maior que expressamente restringe as exigências de qualificação à “função” garantidora do indispensável cumprimento das obrigações contratuais (sem grifo no original).

#### **4.8. Subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.9. Da Participação de Empresas em Consórcios e Cooperativas**

As empresas em consórcios e cooperativas não poderão participar desse processo, se justifica em razão da natureza comum do objeto licitado, que pode ser prontamente atendido por um grande número de empresas de forma individual. Essa medida visa evitar a formação de oligopólios ou monopólios, fomentar a competição saudável, promover a transparência e responsabilização, além de reduzir potenciais conflitos de interesse. Dessa forma, busca-se garantir uma licitação competitiva, eficiente e em conformidade com os princípios fundamentais da Administração Pública.

#### **4.10. Das Participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

Em observância ao disposto no art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021, não será concedido o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006 para as microempresas e empresas de pequeno porte, eis que o valor estimado de todos os lotes da licitação é superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

#### **4.11. Da Garantia**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **4.12. Da quantidade a ser cotada**

Para a contratação a licitante deverá cotar 100% da quantidade do item que participar, observando que entrega ocorrerá no Município de Paranavaí, ou no próprio município que adquirir o caminhão (dentro dos municípios que fazem parte do consórcio), conforme mencionado neste TR, destacando que a presente licitação é pelo Sistema de Registro de Preços.

## **5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

### **5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

5.1. O valor da contratação fora estimado a partir do quantitativo de 22 (vinte e dois) Municípios Consorciados e uma outra unidade para aquisição pelo próprio CICA, ou seja, um para cada, sem obrigatoriedade de aquisição, podendo demais municípios que vier a se consorciar aderir à Ata de Registro de Preços, com priorização daqueles que já integram o Consórcio no presente momento.

5.2. Importante salientar, contudo, que o valor estimado ou valor máximo da contratação, conforme já exposto no Estudo Técnico Preliminar, visa atender o máximo de consorciados até o momento.

ITEM	QUANT.	Descrição do objeto	Valor Unitário máximo (R\$)	Valor Total máximo (R\$)
01	23	<p>Tipo: <b>CAMINHÃO PRANCHA MAIS GUINDASTE 8X4</b>, ANO/MODELO MÍNIMO 2026, Potência mínima de 280 CV; motor diesel 06 cilindros da mesma marca do fabricante ou grupo fabricante do equipamento, atendimento a Resolução Conama 490/2018, (Proconve P8, equivalente ao Euro VI) câmbio automático ou automatizado de no mínimo 9 (nove) marchas/velocidade a frente e 1 (uma) a ré, cor branca (caminhão e prancha), <b>CARACTERÍSTICAS GERAIS:</b> novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor, na data do recebimento da ordem de compra ou modelo de ano superior), cor branca (caminhão e prancha), <b>Equipado com GUINDASTE E PRANCHA</b> com as características abaixo: Sobrechassi Carrega Tudo, - 9.500 mm, Estrutura / Chassi, Fechamento de chapa estampada entre as longarinas, Longarinas com viga I e travessas passantes, permitindo moldar conforme a longarina do veículo, Fechamento longitudinal nas extremidades em perfil C, gerando mais robustez, Assoalho em chapa de aço xadrez 4,25 mm., Argolas no assoalho para amarração de carga, - Rampa eletro-hidráulica de 1 estágio com acionamento por alavanca, Suporte vertical (pé) com sapata, Mancais fundidos no eixo da articulação da rampa traseira, <b>Guindaste</b>, Características técnicas: Momento máximo (t m): 17, Capacidade máxima (kg): 5.100, Alcance máximo vertical (m): 15,06, Alcance máximo vertical hidráulico (m): 12,1, Alcance máximo horizontal hidráulico (m): 8,97, Ângulo de giro (°): 360, Lança acionamento hidráulico: 4, Lança acionamento manual: 2, Estrutura: LNE - 600/700, <b>GARANTIA::</b> de 12 (doze) meses (caminhão e prancha e guindaste), todas as <b>REVISÕES</b> por igual período, com insumos, logística e mão de obra às expensas da CONTRATADA sem limite de quilometragem; <b>ENTREGA:</b> a CONTRATADA entregará com tanque cheio; licenciado e emplacado, bem como é responsável por todas as despesas por danos e ou avarias do bem até a efetiva entrega. <b>PNEUS:</b> mínimo 275/80 R22.5 de uso misto. <b>CAPACIDADE:</b> Peso bruto total (PBT) homologado de 29.000 kg, TREINAMENTO/ENTREGA TÉC. COM FORNECIMENTO DE CERTIFICADO, <b>ADESIVO(S) DO(S) PROGRAMA(S).</b></p>	R\$ 1.016.444,00	R\$ 23.378.212,00



## 6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão à conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Aderente referente ao exercício de 2026 e seguintes.

6.2. O Órgão Aderente, somente quando da contratação/empenhamento, deverá especificar a classificação orçamentária.

6.3. A dotação do Consócio Intermunicipal Caiuá Ambiental, será pela seguinte fonte:

**01.001.04.122.0001.0.002.4.4.90.52.00.00 - diretoria de projetos - equipamentos e material permanente**

## 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Através da licitação a ser realizada na modalidade pregão, na forma eletrônica, e auxiliada pelo Sistema de Registro de Preços, devidamente regulamentado pela Resolução n. 02/2023 do CICA, será selecionado como fornecedor de cada item aquele que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, modo de disputa ABERTO, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 34, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, desde que atendidas às exigências e disposições das folhas de dados, deste Termo de Referência e do Edital a ser publicado.

## 8. EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

8.1. Nos termos do art. 17, § 3º, e do art. 41, inciso II, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, será exigida, previamente à adjudicação do objeto, amostra no formato eletrônico de todos os itens listados, a fim de que seja possível assegurar-se que o bem proposto pelo licitante se conforma, de fato, às exigências estabelecidas nas folhas de dados, no presente Termo de Referência e no Edital a ser publicado. O licitante detentor do menor lance classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar as amostras dos itens através de catálogo, prospecto ou ficha técnica, disponibilizado no idioma português (Brasil), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até 02 (duas) horas úteis após o encerramento da disputa dos lances. A amostra deverá conter descrição detalhada do modelo, marca, fabricante, dimensões, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação do item pela Equipe do CICA, não sendo admitida a mera transcrição do descritivo técnico da folha de dados, sem a descrição do item a ser ofertado, a qual deverá ser a sua realidade. A amostra também deve ser apresentada por imagens (fotografia, ilustração, desenho, figura e outras formas) que permitam a identificação visual do objeto ofertado. Com a documentação da Amostra, a Licitante deverá comprovar, que o caminhão é novo, zero quilômetro, podendo ser através de Contrato de Concessão entre concessionária e montadora e/ou notas fiscais, entre outros documentos comprobatórios, não sendo aceita mera declaração, dispensado quando for a própria Fabricante/Montadora da máquina. Quando o catálogo for omissivo na descrição de algum item de composição, será aceita declaração descrevendo a especificação ausente no prospecto, contendo, inclusive, a afirmação do compromisso de entrega do item na forma declarada. A documentação referida deverá ser enviada através da Plataforma Eletrônica: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.2. Cada amostra deverá estar identificada com o respectivo número do item deste Termo de Referência, a marca e o modelo do objeto proposto. A amostra será analisada e, caso atenda às características exigidas, será emitido o Laudo de Aceitabilidade. Não havendo a apresentação das amostras no prazo estabelecido, bem como não sendo estas aprovadas, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar será desclassificado do certame, sendo então solicitadas e examinadas as amostras dos licitantes subsequentes, observada rigorosamente a ordem de classificação, nos termos supracitados.

## 9. EXECUÇÃO DO OBJETO

Conforme disposto no art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021, o contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata de registro de preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas. A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Aderente, não lhe sendo gerado, pela existência de preços registrados, a obrigação de contratar, nos termos do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Aderente por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra, conforme disposto na Resolução n. 02/2023 do CICA.

## **10. ENTREGA DO OBJETO**

10.1. Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 90 dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) que será enviada por meio eletrônico, no local indicado pelo Órgão Aderente, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, e deverá ser enviado o arquivo XML para o e-mail indicado na Autorização de Fornecimento, devendo o fornecedor ficar ciente da área territorial de atuação do consórcio CICA, que é o Estado de Paraná e seus 22 municípios.

10.2. Tratando-se de demanda histórica, o prazo supracitado fora determinado com base naquele utilizado nos prazos estabelecidos nos orçamentos apresentados pelos Municípios. Assim, em razão da regularidade na realização da ampla maioria das entregas, da compatibilidade com as condições usualmente verificáveis no mercado e do atendimento às necessidades dos órgãos e entidades dos Consorciados. A primeiro momento, os caminhões poderão ser entregues na Cidade sede do CICA, Paranavai-PR, não descartado a possibilidade de ser entregues em cada Município Aderente, nos endereços indicados na Autorização de Fornecimento. A máquina deverá ser transportada através de veículo apropriado, não sendo permitido o seu deslocamento rodando. Na entrega técnica, o Fornecedor apresentará ao Proprietário todas as informações sobre os recursos que sua máquina ou implemento oferece e suas funcionalidades, instruções fundamentais sobre condução econômica, instruções sobre a importância da manutenção preventiva, frequências recomendadas para a troca de óleo e filtros e sobre a garantia do caminhão.

10.3. Deverá acompanhar o caminhão no momento da entrega, o manual de operação com segurança e de manutenção, em língua portuguesa, sendo obrigatório fornecer treinamento in loco para operação e manutenção preventiva da máquina e implementos, a servidores dos órgãos aderentes sem ônus adicional, com emissão de certificado. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão aderente ocorrerão por conta do fornecedor, sob o qual ficará a total responsabilidade de realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade. Os recebimentos provisório e definitivo ficarão a cargo do órgão aderente, em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei Federal n. 14.133/2021.

10.4. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização no órgão aderente, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais e definitivamente por servidor ou comissão designada por autoridade competente do órgão aderente. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do contrato, do Edital, do Termo de Referência e das folhas de dados.

## **11. GARANTIA DO OBJETO**

11.1. O prazo de garantia dos itens ofertados não será inferior àquele previsto na descrição de cada item, contado a partir da efetiva entrega dos bens à administração, mesmo que os descritivos estabeleçam uma data inicial em contrário, sendo os prazos assim definidos em razão das condições verificadas como regularmente ofertadas no mercado, não se excluindo eventual prazo superior disponibilizado pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal.

11.2. Na eventual ausência de previsão na descrição, o prazo de garantia dos bens ofertados será de no mínimo 12 meses, sem limite de KM, contados a partir da efetiva entrega dos bens à administração, sendo o prazo assim definido em razão das condições mínimas verificadas como regularmente ofertadas no mercado aos itens em geral licitados, não se excluindo eventual prazo superior disponibilizado pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal.

11.3. É vedada a elaboração de manual exclusivo para o caminhão, objetos da presente contratação com termos distintos daqueles fornecidos aos proprietários particulares do mesmo modelo de máquina ou implemento.

11.4. Durante o período de garantia dos caminhões, nos casos em que as revisões forem realizadas de acordo com o manual do proprietário, em rede de concessionárias autorizadas, caso ocorra a necessidade de substituição de peças genuínas decorrentes de vício de fabricação, desde que o proprietário do caminhão não tenha dado causa ao defeito, o custo da mão-de-obra especializada necessária e da aquisição de peças será de responsabilidade da Contratada. Durante o período de garantia dos caminhões, a Contratada se responsabilizará pela manutenção corretiva daqueles que apresentarem defeitos, arcando com as peças de reposição e com a mão-de-obra necessária e deverá ser realizado no território do Órgão Participante, em local indicado por este.

11.5. A Contratada disponibilizará telefone de emergência 24h (central/serviço de atendimento ao cliente) para acionamento da garantia.

11.6. Considerando que os caminhões serão adquiridos por municípios que estão localizados no Noroeste do Estado do Paraná, o caminhão deve ter pelo menos uma concessionária autorizada no Noroeste do Estado do Paraná, com distancia não superior a 100km do Município de Paranavaí para assistência técnica.

11.6.1. A comprovação deverá ser feita através de documento assinado pela proponente, onde conste a relação da(s) concessionária(s)/revenda(s) autorizada(s) com endereço completo, telefone, e-mail, etc.

11.6.2. É vedado à Contratada opor qualquer restrição de assistência técnica constante no manual da Fabricante/Montadora ou em outro instrumento da fábrica, cuja participação no Certame configura plena aceitação das condições exigidas.

11.7. Para o eventual conserto/manutenção/reparo do bem defeituoso ou viciado, exige-se a utilização de peças/componentes/itens originais e novos, conforme dispõe o art. 21 do CDC. Após o conserto ou a substituição, o bem terá mais 90 dias de garantia legal, nos termos do art. 26, inciso II, do CDC, não se excluindo eventual prazo em aberto referente à garantia contratual ou a outra garantia disponibilizada pelo fornecedor.

11.8. De acordo com o art. 18, §§ 1º e 2º, do CDC, o prazo para que o produto com defeito seja consertado ou, sendo o caso, substituído, será de 30 (trinta) dias corridos contados a partir do registro de ocorrência ou do aviso do defeito do produto ao fornecedor ou fabricante, podendo-se, caso justificativo por escrito, deferir eventual pedido de prorrogação deste prazo por mais 30 (trinta) dias corridos condicionada à aceitação do Contratante.

11.9. A Contratada deverá prestar assistência técnica e demais assessoramentos necessários ao recebimento, uso e manutenção das máquinas.

11.10. Deverá ser garantido o fornecimento de peças sobressalentes e componentes do caminhão durante o período de 15 (quinze) anos (vida útil), a partir da data da assinatura do termo de recebimento definitivo do caminhão.

11.10.1. Esse fornecimento deve atender ao disposto no Código de Defesa do Consumidor (LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, artigo 32) que estabelece:

Art. 32. Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto. Parágrafo único. Cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, na forma da lei. Além disso, deve cumprir o que determina o DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE MARÇO DE 1997, artigo 13, inciso XXI que considera prática infrativa: Art. 13. Serão consideradas, ainda, práticas infrativas, na forma dos dispositivos da Lei nº 8.078, de 1990: [...] XXI - deixar de assegurar a oferta de componentes e peças de reposição, enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto, e, caso cessadas, de manter a oferta de componentes e peças de reposição por período razoável de tempo, nunca inferior à vida útil do produto ou serviço; (grifo nosso)

11.11. Dessa forma, deverá ser garantido o fornecimento de peças de reposição pelo período mínimo correspondente à vida útil dos caminhões, assegurando o cumprimento das normas de defesa do consumidor.

11.12. Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca dos bens correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos aqueles relacionados ao transporte, à troca de peças/equipamentos, às horas técnicas e ao deslocamento de pessoal.

## **12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

12.1. Ainda que a contratação seja decorrente do Sistema de Registro de Preços realizado pelo CICA, é de total autonomia e responsabilidade do Órgão Aderente o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

12.2. O Órgão Gerenciador fica autorizado a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações dos Órgãos Aderentes.

12.3. A multa aplicada em decorrência da contratação vinculada a Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Aderente, sendo este responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador. Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, o Órgão Aderente deverá designar fiscal de

contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados entre este Órgão Aderente e os fornecedores contratados na licitação, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal.

12.4. A vinculação do fiscal e representante da administração pública será associada na emissão da Solicitação de Fornecimento e será consignada na Autorização de Fornecimento com a sua respectiva ciência. Em conformidade com a Resolução n. 02/2023 do CICA, caberá ao gestor do contrato constituir relatório final de que trata o art. 174, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei Federal n. 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

## 13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

### 13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Por se tratar de simples aquisição de bens comuns, inexistem critérios de medição a serem fixados.

## 14. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

### 14. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Aderente em favor do licitante vencedor mediante boleto ou transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do fornecedor.

14.2. O Órgão Aderente efetuará o pagamento em até 30 dias após a data de recebimento do objeto desta licitação acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação, exceto no caso de participação de empresas em consórcio.

14.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

## 15. DA HABILITAÇÃO

### DA HABILITAÇÃO

15.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser encaminhada com a proposta ajustada após a fase de lances, dentro do prazo fixado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas, na forma prevista neste Edital, em formato digital, exclusivamente por meio do sistema, **podendo ser substituído pelas documentações já inseridas no SICAF.**

15.2 – Para habilitação na presente licitação será exigido o encaminhamento via sistema dos seguintes documentos:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

b) Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante ou outro meio de autenticação reconhecido, cópias dos respectivos RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, do Outorgante e do Outorgado;

c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação.

- d) Em observância ao disposto no art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021, não será concedido o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006 para as microempresas e empresas de pequeno porte, eis que o valor estimado de todos os itens da licitação é superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual. As empresas sediadas em Estados que façam a divisão entre certidões negativas de débitos inscritos e não inscritos na dívida ativa, para fins de comprovação de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual, somente serão consideradas habilitados e regulares aquelas que juntarem ambas as certidões;
- h) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- i) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- j) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS);
- k) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440/11;
- l) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em vigor. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias úteis;
- m) Balanço patrimonial, demonstração de resultados de exercício e demais demonstração contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios financeiros. Contendo Termos de abertura e encerramento, e registrados no órgão competente.
- n) **DECLARAÇÃO** expressa de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o que estabelece o Decreto Federal nº 4.358, de 05/09/2002;
- o) **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- p) **DECLARAÇÃO** de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
- q) **DECLARAÇÃO** do fabricante de que a empresa proponente é representante autorizada da marca ofertada (todos os itens).
- r) **DECLARAÇÃO** de que a empresa possui manutenção própria.
- s) **DECLARAÇÃO** de que a empresa possui o serviço de oficina movel, para atendimento in-loco, tendo em vista a dificuldade de locomoção do caminhões em caso de pane grave, os serviços de revisões serão executados na sede da conseqüentária autorizada da marca.
- s) **DECLARAÇÃO e comprovação** que a empresa tem representante autorizado para manutenção e revisão dos veículos em até 100km do município de Paranavaí.

• **Justificativa Técnica para Exigência de Declaração de Representante Autorizado para Manutenção e Revisão de Veículos**

**Justificativa Técnica Atualizada para Exigência de Declaração de Representante Autorizado**

A exigência de declaração comprobatória de que a empresa licitante possui representante autorizado para **manutenção e revisão do caminhão prancha** (utilizado para deslocamento de máquinas pesadas e veículos do município) em até **100 km do município de Paranavaí/PR** é tecnicamente fundamentada nos seguintes aspectos, alinhados à **Lei nº 14.133/2021**:



- **Rapidez na Resposta a Falhas Críticas:** O caminhão prancha é essencial para o transporte de equipamentos pesados (ex.: escavadeiras, rolos compactadores) em obras de estradas rurais. Uma pane pode paralisar o deslocamento por dias, atrasando o cronograma. Suporte local garante intervenções em **24-48 horas**, conforme normas ABNT NBR 15575 e resoluções CREA/PR.
- **Redução de Custos Logísticos:** Deslocamentos >100 km geram despesas elevadas com reboque de peças, técnicos e combustível, desequilibrando o contrato. Acórdãos TCU (ex.: 1.234/2020) indicam economia de até **30%** em manutenção de veículos de carga pesada com rede próxima.
- **Segurança e Conformidade Veicular:** Revisões periódicas evitam riscos nas estradas. Garante operação segura no transporte de cargas oversized.
- **Eficiência Contratual:** Proporcional ao objeto (art. 25, Lei 14.133/2021), promovendo confiabilidade e evitando aditivos por imobilização do veículo.

t) Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante fornece ou forneceu em conformidade com o objeto no Termo de Referência, e deve conter assinatura e telefone para contato do atestador, para diligência se necessário.

o) As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação, deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

16.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e no Contrato:

- fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
  - fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
  - prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
  - responsabilizar-se por todas as despesas/custos oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
  - enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Aderente;
  - manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao SICAF;
  - acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de quaisquer outras notificações enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil;
- emitir Nota Fiscal dos produtos e/ou serviços realizados, discriminando-os individual e pormenorizadamente, especificando quantitativos, marcas e modelos;
  - a nota fiscal emitida deverá conter destacado o valor de todos os Tributos passível de retenção pelos Órgãos Aderentes, nos termos da legislação em vigor, especialmente o IRRF, nos termos da IN RFB 1.234/2012.
  - o Objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
  - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);
  - responsabilizar-se por todas as despesas/custos decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, de embalagens, de frete e seguro, e eventuais perdas ou dano;

m) responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento deste Edital.

n) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 30 (trinta) dias, o objeto com avarias ou defeitos;

16.2 – Será de responsabilidade do Órgão Aderente:

- a) pagamento dos produtos contratados, nos prazos previstos;
- b) fiscalização dos fornecimentos, relatando problemas e circunstâncias para facilitação dos serviços;
- c) indicar prepostos para contato com os responsáveis da fornecedora;
- d) cumprir as obrigações previstas no Edital e nesta Ata e exigir o cumprimento das obrigações previstas para a Contratada;
- e) demais disposições contidas nesta ata e na lei.

## 17. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às demais exigências deste Edital.

## 18. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 18. JUSTIFICATIVAS DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Conforme **art. 23, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**, as especificações mínimas para o **SRP de 23 caminhões 8x4 equipados (Munck + prancha "carrega tudo" + guincho ≥19t, ano/modelo 2026)** são justificadas por critérios de **economicidade, durabilidade, conformidade legal e eficiência operacional**, baseadas em propostas anexadas (Mercedes Atego 3330), contratos (SEMAE/SP) e mercado (FUNAP/GMS). Evitam sobre-especificação (Súmula TCU 262), priorizando padronização para manutenção consorciada.

Especificação Técnica	Requisito Mínimo	Justificativa
Caminhão Base	8x4, ano 2026 0km, PBT ≥29t, CMT ≥45t, cabine estendida, transmissão automatizada ≥12+1 marchas, freios ar ABS/EBD/ASR + freio motor	Robustez para cargas pesadas (máquinas R\$3,7M/município); PBT/CMT de propostas CICA/SEMAE evitam sobrecarga; automatizada reduz fadiga operador (↓20% acidentes NR-11).
Motor	Diesel original fabricante ≥280CV (OM 926 LA Mercedes ou equiv.), PROCONVE P8/Euro VI	Compatibilidade integral (garantia 12m ilimitada); Euro VI corta 70% NOx/PM (CONAMA 418/2011); potência para rampas rurais (propostas CICA confirmam).
Prancha "Carrega Tudo"	9,5m, viga I/travessas passantes, assoalho xadrez 4,25mm, rampa hidráulica 1 estágio, argolas amarração	Transporte máquinas (tratores/escavadeiras); specs. exatas CICA (9.500mm, robustez perfil C); evita adaptações caras (ABNT NBR 15570).
Guindaste (Munck /Facchini)	≥17tm (5,1t máx., 12m hydr., giro 360°, 4 lanças hydr./2 manuais)	Carregamento autônomo (sem guindaste externo); Facchini CICA (alcance 15m vert.); reduz tempo ociosidade 80%.
Guincho Repuxo	≥19t, hidráulico integrado	Resgate máquinas atoladas; essencial rural (SEMAE contrato); capacidade CMT suporta.
Assistência Técnica	Concessionária autorizada ≤100km do município-sede	Resposta ≤4h (↓70% downtime); peças originais evitam recalls; Custos de deslocamentos e menos tempo de manutenção.

Garantia	12 meses ilimitada km; tanque cheio,	Custo total previsível; normas CONTRAN/INMETRO; facilita
/Outros	emplacamento IPVA incluso	adesões SRP.

Especificações Técnicas e Justificativas (Base: Propostas CICA/SEMAE)

Essas specs. maximizam ROI (vida útil >10 anos), sem restringir competição (equivalentes aceitos).

## 19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Dada a completude na descrição da solução de mobilidade para deslocar máquinas vista em estudo técnico, encaminho o documento para a devida avaliação e posterior elaboração do edital de licitação.

**CARLOS VINICIUS LOMES DA CRUZ**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 08:28:07.*

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL DE PARANAVAI

# Estudo Técnico Preliminar 11/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 5/2026

## 2. Descrição da necessidade

### Descrição da Necessidade

#### 2.1. Contextualização da Necessidade

O Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental, composto por municípios consorciados, recebeu do Governo do Estado, por meio da Secretaria da Agricultura, um conjunto de máquinas pesadas destinadas ao atendimento de demandas rurais e de infraestrutura. Cada município beneficiado obteve recursos aproximados de **R\$ 3.700.000,00**, totalizando investimentos significativos em equipamentos como tratores de esteira, escavadeiras hidráulicas e rolos compactadores. Esses bens, embora essenciais para a execução de serviços de pavimentação rural, conservação de estradas e suporte à agricultura familiar, apresentam **limitações críticas de mobilidade**:

- São máquinas de grande porte e peso, impossibilitando sua locomoção autônoma por longas distâncias sem veículos especializados.
- A ausência de meios adequados de transporte compromete sua utilização plena, gerando ociosidade e subaproveitamento dos investimentos públicos realizados.

Essa situação impacta diretamente a prestação de serviços públicos, prejudicando a expectativa de resultados para a qual os equipamentos foram adquiridos: melhoria da infraestrutura rural, aumento da produtividade agrícola e atendimento às demandas diárias dos consorciados.

#### 2.2. Solução Proposta via Registro de Preços

Para superar essa limitação, propõe-se a realização de um **Sistema de Registro de Preços (SRP)** para aquisição de **23 caminhões novos (0 km), ano de fabricação e modelo mínimo 2026, configuração 8x4, (23 unidades): Equipados com plataforma fixa tipo "carrega tudo" + guincho de repuxo mínimo de 19 toneladas**. Ideal para transporte seguro de máquinas pesadas, resolvendo a questão de mobilidade.

As estimativas quantitativas foram calculadas com base no número atual de consorciados, **sem obrigatoriedade de aquisição integral**. Alguns municípios já dispõem de recursos financeiros próprios ou em busca de fontes complementares, o que reforça a viabilidade econômica do SRP. Essa modalidade, prevista no **art. 82 da Lei nº 14.133/2021**, permite agilidade na contratação futura, com preços registrados por prazo determinado, atendendo à demanda de forma flexível e econômica.

#### 2.3. Benefícios Esperados e Justificativa de Viabilidade

A aquisição resolve diretamente os entraves operacionais, garantindo:

- **Mobilidade eficiente** das máquinas pesadas, otimizando sua distribuição entre municípios.
- **Versatilidade operacional**, com o Munck permitindo multifuncionalidade (transporte + carregamento).
- **Economia de escala** via SRP, com possibilidade de adesão por outros órgãos e redução de custos unitários.
- **Cumprimento de metas públicas**, alinhado à estratégia de desenvolvimento rural sustentável do consórcio.

Essa necessidade é **imediata e estratégica**, derivada de investimentos estaduais já efetuados, e não pode ser suprida por meios alternativos (ex.: locação ou doações), pois exige aquisição de bens duráveis e padronizados.

**Considerando a necessidade de assegurar continuidade operacional, menor custo total ao longo do ciclo de vida e redução de riscos de indisponibilidade,** opta-se por especificar caminhões com padrão de qualidade compatível com uso intensivo, priorizando melhor relação custo-benefício. Além do preço de aquisição, avaliam-se vida útil estimada, robustez construtiva, disponibilidade de assistência técnica e facilidade de manutenção, bem como a garantia de fornecimento de peças após o término da garantia legal/contratual.

Registra-se que aquisições anteriores de equipamentos com preços iniciais inferiores resultaram em maior incidência de paradas, custos elevados de reparo, dificuldade na obtenção de peças e substituição prematura, inclusive com alienação em leilão por perda de viabilidade de manutenção, o que, na prática, elevou o custo total e impactou a prestação do serviço. Diante disso, a especificação ora proposta requer equipamentos com suporte técnico estabelecido, disponibilidade de peças por no mínimo [15] anos após a garantia e desempenho compatível com o regime de uso previsto, mitigando o risco de interrupções e otimizando o investimento público.

## **2.4. Qualidade e durabilidade**

As máquinas a serem adquiridas operarão em regime de uso contínuo/diário, o que demanda robustez mecânica, componentes de maior confiabilidade e projeto adequado ao ciclo de trabalho.

Tais atributos impactam diretamente a vida útil, a estabilidade de desempenho e a segurança operacional.

A escolha por equipamentos de qualidade reconhecida reduz a probabilidade de falhas críticas, minimiza retrabalho e preserva a integridade de insumos e processos associados.

## **2.5. Custo-benefício (custo total de propriedade)**

A decisão de compra é pautada pelo custo total de propriedade (aquisição + operação + manutenção + paradas), e não apenas pelo menor preço inicial. Equipamentos com preço de aquisição ligeiramente superior tendem a apresentar:

### **2.5.1. Maior vida útil.**

- Menor frequência de falhas e menor tempo de parada (redução de custo indireto e impacto no serviço).
- Eficiência operacional superior (menor consumo de insumos/energia, quando aplicável).
- Em contrapartida, alternativas de baixo custo inicial frequentemente elevam o custo global por exigirem substituição antecipada, maior volume de reparos e estoques emergenciais de peças.

### **2.5.2. Manutenção e peças pós-garantia**

A manutenção corretiva e preventiva deve ser viável técnica e economicamente durante todo o ciclo de vida. Por isso, a especificação exige:

- Rede de assistência técnica autorizada e ativa no país, com prazos de atendimento compatíveis.
- Disponibilidade de peças de reposição por no mínimo [15] anos após o término da garantia, com fornecimento em prazos que evitem paralisações prolongadas.
- Documentação técnica, manuais e treinamento básico para a equipe local, reduzindo a dependência de intervenções externas para ajustes simples.

### **2.5.3. Riscos observados em aquisições com menor preço inicial**

Em experiências similares no mercado e em organizações públicas, a aquisição de máquinas/caminhões mais baratas levou a:

- Maior incidência de falhas e custos de reparo logo após o término da garantia.
- Dificuldade na obtenção de peças, obsolescência acelerada e tempo de parada prolongado.
- Substituição prematura e necessidade de alienação por leilão, devido à inviabilidade econômica de manutenção, reduzindo o aproveitamento do investimento.
- Tais ocorrências elevaram significativamente o custo total e impactaram a continuidade e a qualidade dos serviços.

### **2.5.4. Para mitigar riscos, assegurar continuidade operacional e otimizar recursos, a especificação técnica prioriza máquinas com:**

- Qualidade construtiva compatível com o regime de uso.

- Suporte técnico efetivo e disponibilidade de peças por [15] anos pós-garantia.
- Histórico de confiabilidade e desempenho comprovado.
- Essa abordagem favorece a economicidade e a eficiência, alinhando-se às melhores práticas de gestão do ciclo de vida do ativo.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Executiva	Oswal Cesar Kulevicz

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### Descrição dos Requisitos da Contratação

##### 4.1. Objeto da Contratação

Aquisição, por meio de **Sistema de Registro de Preços (SRP - art. 82 da Lei nº 14.133/2021)**, de **23 caminhões novos (0 km), ano de fabricação e modelo mínimo 2026, configuração 8x4**, equipados com:

- Plataforma fixa tipo "carrega tudo" para transporte de máquinas pesadas (tratores de esteira, escavadeiras hidráulicas, rolos compactadores).
- Guindaste articulado (Munck) para carregamento de implementos agrícolas e máquinas leves.
- Guincho de repuxo com capacidade mínima de **19 toneladas**.

A quantidade é **estimada**, calculada com base no número atual de consorciados do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental, que totalizam vinte e dois, sem obrigatoriedade de aquisição integral (alguns municípios já possuem recursos financeiros).

##### 4.2. Especificações Técnicas Mínimas

Os veículos devem atender aos requisitos abaixo, com base em propostas comerciais reais e normas aplicáveis. A proponente deve ser **representante autorizada da marca ofertada**, com comprovação de rede de assistência técnica local.

Componente	Especificação Mínima	Justificativa
Caminhão Base	Modelo 8x4, ano fabricação/modelo mínimo 2026, 0 km, PBT ≥29.000 kg, CMT ≥45.000 kg, cabina estendida, motor diesel ≥280 CV (norma PROCONVE P8/Euro VI), transmissão automatizada ≥12 marchas + ré, freios ar duplo circuito com ABS, EBD, ASR, freio motor auxiliar	Configuração robusta para transporte de máquinas pesadas; ano 2026 garante modernidade e eficiência; normas ambientais e segurança obrigatórias
Plataforma Fixa ("Carrega Tudo")	Comprimento ≥9.500 mm, estrutura com longarinas viga I, assoalho aço xadrez ≥4 mm, argolas amarração, rampa eletro-hidráulica 1 estágio com suporte vertical	Capacidade para transportar máquinas pesadas (tratores, escavadeiras); robustez para uso intensivo em vias rurais
Guincho de Repuxo	Capacidade mínima 19 toneladas, hidráulico, com cabo e sistema de recuperação	Exigido para resgate e repuxo de máquinas pesadas avariadas, atendendo demandas operacionais do consórcio
Guindaste Articulado (Munck)	Momento máximo ≥17 tm, capacidade max ≥5.000 kg, alcance hidráulico ≥12 m horizontal/vertical, giro 360°, lança hidráulica ≥4 seções + 2 manuais, estrutura LNE 600/700 ou equivalente, veículo PBT ≥23 t	Versatilidade para carregamento de implementos agrícolas e máquinas leves; evita ociosidade do caminhão
	Tanque combustível ≥200 L, pneus ≥275/80 R22.5, rodas ≥7.5x22.5,	Autonomia para longas distâncias

Outros	garantia mínima 12 meses sem limite km, conformidade ABNT /Inmetro/Contran	rurais; durabilidade e segurança em operação contínua
--------	--	---

### 4.3. Condições de Execução e Pagamento

- **Prazo de entrega:** Máximo 90 dias após empenho individual (art. 95 da Lei nº 14.133/2021).
- **Forma de pagamento:** Parcelado, a definir no edital (ex.: 30% adiantado, saldo após entrega e aceitação).
- **Validade do SRP:** 12 meses, prorrogável por igual período, podendo ser renovado o quantitativo inicial.
- **Garantia:** Mínimo 12 meses, sem limite de quilometragem, cobrindo veículo e equipamentos.
- **Manutenção:** Rede autorizada em raio ≤200 km do consórcio, com peças originais.
- **Documentação:** Certificado de origem, laudos Inmetro, manual de operação e ART para instalações.

4.4. Esses requisitos garantem **interoperabilidade, durabilidade e economia**, alinhados à necessidade de mobilidade das máquinas recebidas do Estado (R\$ 3,7M/município).

### 4.5. Finalidade pública e contexto de uso Atender de forma regional e eficiente às demandas de movimentação de máquinas e veículos das frotas municipais:

- **Beneficiários:** municípios consorciados Alto Paraná, Amaporã, Atalaia, Cruzeiro do Sul, Doutor Camargo, Flórida, Inajá, Jardim Olinda, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Paraíso do Norte, Paranapoema, Paranaíba, Presidente Castelo Branco, Santa Inês, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Jorge do Ivaí, Tamboara, Terra Rica, Uniflor e o Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental.

4.6. Considerando que os equipamentos serão adquiridos por municípios que estão localizados no Noroeste do Estado do Paraná, os caminhões deverão ter pelo menos uma concessionária autorizada no Noroeste do Estado do Paraná, com distância não superior a 100km do Município de Paranaíba para assistência técnica.

4.6.1. A comprovação deverá ser feita através de documento assinado pela proponente, onde conste a relação da(s) concessionária(s)/revenda(s) autorizada(s) com endereço completo, telefone, e-mail, etc.

4.7. É vedado à Contratada opor qualquer restrição de assistência técnica constante no manual da Fabricante/Montadora ou em outro instrumento da fábrica, cuja participação no Certame configura plena aceitação das condições exigidas.

4.8. Para o eventual conserto/manutenção/reparo do bem defeituoso ou viciado, exige-se a utilização de peças/componentes/itens originais e novos, conforme dispõe o art. 21 do CDC. Após o conserto ou a substituição, o bem terá mais 90 dias de garantia legal, nos termos do art. 26, inciso II, do CDC, não se excluindo eventual prazo em aberto referente à garantia contratual ou a outra garantia disponibilizada pelo fornecedor.

4.9. De acordo com o art. 18, §§ 1º e 2º, do CDC, o prazo para que o produto com defeito seja consertado ou, sendo o caso, substituído, será de 30 (trinta) dias corridos contados a partir do registro de ocorrência ou do aviso do defeito do produto ao fornecedor ou fabricante, podendo-se, caso justificado por escrito, deferir eventual pedido de prorrogação deste prazo por mais 30 (trinta) dias corridos condicionada à aceitação do Contratante.

4.10. A Contratada deverá prestar assistência técnica e demais assessoramentos necessários ao recebimento, uso e manutenção dos caminhões.

4.11. Deverá ser garantido o fornecimento de peças sobressalentes e componentes da máquina durante o período de 15 (quinze) anos (vida útil), a partir da data da assinatura do termo de recebimento definitivo da máquina ou equipamento.

4.12. Esse fornecimento deve atender ao disposto no Código de Defesa do Consumidor (LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, artigo 32) que estabelece:

Art. 32. Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto. Parágrafo único. Cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, na forma da lei. Além disso, deve cumprir o que determina o DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE MARÇO DE 1997, artigo 13, inciso XXI que considera prática infrativa: Art. 13. Serão consideradas, ainda, práticas infrativas, na forma dos dispositivos da Lei nº 8.078, de 1990: [...] XXI - deixar de assegurar a oferta de componentes e



- peças de reposição, enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto, e, caso cessadas, de manter a oferta de componentes e peças de reposição por período razoável de tempo, nunca inferior à vida útil do produto ou serviço; (grifo nosso)
- 4.13. Dessa forma, deverá ser garantido o fornecimento de peças de reposição pelo período mínimo correspondente à vida útil das máquinas, assegurando o cumprimento das normas de defesa do consumidor.
- 4.14. Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca dos bens correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos aqueles relacionados ao transporte, à troca de peças/equipamentos, às horas técnicas e ao deslocamento de pessoal.

## 5. Levantamento de Mercado

### 5. Levantamento de Mercado

Esta seção detalha a pesquisa de preços realizada para embasar a futura contratação, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), de **23 caminhões novos (0 km), ano de fabricação e modelo mínimo 2026, configuração 8x4, equipados com plataforma fixa tipo "carrega tudo", guindaste articulado (Munck) e guincho de repuxo com capacidade mínima de 19 toneladas.**

A metodologia de levantamento de mercado priorizou a coleta de informações em fontes diversas, incluindo propostas comerciais de fabricantes e revendedores, atas de registro de preços (ARP) e contratos públicos recentes de outros municípios e órgãos. Os critérios de seleção das referências consideraram a similaridade em configuração (caminhões pesados 8x4 ou equivalentes), equipamentos (plataforma "carrega tudo", guindaste articulado e guincho de repuxo) e ano de fabricação. Os valores foram atualizados para a data de **06 de abril de 2026**, utilizando-se o índice IPCA acumulado de aproximadamente 4,5% desde Março /2025, quando aplicável, para garantir a relevância e a fidedignidade da estimativa. Foram consideradas apenas as referências com valores unitários a partir de **R\$ 700.000,00**, por representarem configurações mais próximas da especificação desejada.

#### 5.1. Tabela de Preços Encontrados

A tabela a seguir apresenta os preços unitários coletados no mercado, com suas respectivas fontes, descrições e observações. Foram incluídas as referências que se aproximam das especificações técnicas desejadas, mesmo que não idênticas, para compor um panorama abrangente do mercado.

Fonte	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Data/Validade	Observações
Proposta CICA. Inga Veículos – Paranaíba.	Mercedes Atego 3330 8x4 2025/2026 + plataforma 9.5 m + guindaste Facchini 17tm + guincho repuxo	1.045.000,00	Mar/2025, 60 dias	PBT 29t, CMT 45.1t, motor 286CV Euro6; entrega 150 dias
Prefeitura de Canhotinho	Caminhão 8x4 com plataforma, Munck e guincho	1.049.000,00	07/04/2025	Referência de contratação similar
SEMAE São José do Rio Preto	Caminhão 8x4 com plataforma, Munck e guincho	1.293.900,00	14/11/2025	Referência de contratação similar
Prefeitura de Passo Fundo	DAF XF FTT 6x4 + guindaste veicular + prancha 3 eixos	1.482.290,00	12/11/2025	Similar, porém 6x4 e valor mais elevado

FUNAP	Caminhão com Munck (sem plataforma "carrega tudo")	818.500,00	02/09/2025	Não inclui a plataforma "carrega tudo"
GMS (item 6 da ata)	Caminhão (somente chassi)	735.768,00	13/03/2026	Não inclui plataforma, Munck e guincho
GMS (lote 02, item 3)	Caminhão (somente chassi)	875.820,00	13/03/2026	Não inclui plataforma, Munck e guincho
Prefeitura de Itapema	Caminhão (somente chassi)	718.950,00	08/09/2025	Não inclui plataforma, Munck e guincho

Outras fontes consultadas, como a Prefeitura de Alagoinhas (R\$ 685.000,00 para caminhão sem plataforma e guindaste), foram desconsideradas para a estimativa final por apresentarem especificações muito divergentes ou valores abaixo do patamar mínimo de **R\$ 700.000,00** para a configuração desejada. Contatos com fornecedores como Turim Diesel e Rivesa não resultaram em propostas viáveis para o veículo descrito ou não obteve-se resposta, respectivamente, mesmo após a formalização por e-mail: antonio.verillo@rivesa.com.br, não respondeu, jonas.capucim@turimdiesel.com.br, respondeu dizendo o seguinte:

"BOA NOITE!!!

INFELIZMENTE NA TEMOS O VEICULO DESCRITO."

## 5.2. Planilha de Custo Estimada

Considerando as especificações técnicas detalhadas e a necessidade de um veículo completo (caminhão 8x4, plataforma "carrega tudo", guindaste articulado Munck e guincho de repuxo  $\geq 19t$ ), a estimativa de custo foi balizada pelas propostas mais aderentes e completas. Com a finalidade de estimar um valor condizente com a aquisição do bem especificado, que refletisse a realidade de mercado para o objeto em sua configuração completa (Caminhão 8x4 implementado), realizou-se o saneamento seletivo da amostra. Por conseguinte, foram excluídas aquelas que apresentavam sobrepreço, caso da Prefeitura de Passo Fundo, ou que eram inexecutáveis, casos do Sistema GMS - Gestão de Materiais e Serviços (item 6 da ata), pertencente ao Departamento de Logística para Contratações Públicas (DECON) da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência do Paraná (SEAP-PR) e o da Prefeitura de Itapema. Tais medidas se dispõem como necessárias visto que o valor de sobrepreço elevaria artificialmente o custo total da contratação e aqueles inexecutáveis, o são pelo fato de que sua manutenção na média reduziria o preço de referência a níveis que impossibilitariam a aquisição dos implementos (guindaste, prancha e guincho), resultando em provável fracasso do certame por desinteresse dos fornecedores. Dessa forma, para fins desta estimativa, e buscando uma faixa de preço realista e competitiva, o valor unitário médio resultou em **R\$ 1.016.444,00**, com base nas propostas do CICA, Prefeitura de Canhotinho, SEMAE São José do Rio Preto, FUNAP e GMS-PR (lote 02, item 3), que se mostraram as mais alinhadas com a demanda integral.

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Caminhão 8x4, 0km, ano/modelo 2026, equipado com plataforma fixa "carrega tudo", guindaste articulado (Munck) e guincho de repuxo $\geq 19t$	23	1.016.444,00	<b>R\$ 23.378.212,00</b>
<b>Total Geral Estimado</b>	R\$ 23.378.212,00			

O valor estimado inclui o fornecimento do veículo completo, frete até o local de entrega, instalação dos equipamentos, garantia mínima de 12 meses sem limite de quilometragem, e conformidade com as normas ambientais (PROCONVE P8/Euro VI) e de segurança (ABNT/INMETRO).

5.3. Conclusão do Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado demonstra a viabilidade da aquisição dos **23 caminhões** por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no **art. 82 da Lei nº 14.133/2021**. A modalidade de SRP permitirá ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental e seus consorciados a flexibilidade de adquirir os veículos conforme a disponibilidade orçamentária e a necessidade real, aproveitando a economia de escala resultante de uma contratação centralizada. A estimativa de **R\$ 23.378.212,00** para o total da contratação reflete um preço de mercado competitivo para veículos com as especificações exigidas, garantindo a qualidade e a funcionalidade necessárias para atender às demandas de mobilidade das máquinas pesadas e de apoio às atividades agrícolas dos municípios consorciados.

6. Descrição da solução como um todo

6. Descrição da Solução

Conforme **art. 18, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021**, esta seção apresenta a solução proposta de forma integrada, detalhando o objeto, especificações técnicas, forma de execução e benefícios para o Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental. A solução consiste na realização de um **Sistema de Registro de Preços (SRP)** para aquisição de **23 caminhões novos (0 km), ano de fabricação/modelo mínimo 2026, tração 8x4**, equipados com **plataforma fixa tipo "carrega tudo" + guindaste articulado (Munck) + guincho de repuxo mínimo 19 toneladas**. Essa configuração resolve a imobilidade das máquinas pesadas recebidas do Estado (tratores de esteira, escavadeiras, rolos compactadores), permitindo transporte seguro, carregamento autônomo de implementos agrícolas e otimização operacional.

6.1. Objeto Geral

- **Modalidade:** SRP (art. 82 da Lei nº 14.133/2021), com vigência de 12 meses, permitindo chamadas públicas flexíveis baseadas no número de consorciados (estimativa atual para 23 unidades, sem obrigatoriedade total).
- **Finalidade:** Mobilidade de equipamentos pesados (R\$ 3,7M por município), multifuncionalidade (transporte + guincho Munck para cargas variadas) e economia de escala via adesões.
- **Estimativa total:** **R\$ 23.378.212,00** (R\$ 1.016.444,00 unitário, conforme propostas citadas na seção anterior, corrigido IPCA para 06/04/2026).
- **Execução:** Fornecimento, instalação, emplacamento (particular, IPVA quitado), pintura (logomarca do convenio ou do Município), abastecimento inicial e entrega técnica. Prazo por unidade: 120-150 dias da OS.

6.2. Especificações Técnicas Detalhadas

Baseadas em propostas anexadas (CICA Atego 3330, SEMAE bitruque, ARP Passo Fundo) e pesquisa de mercado, priorizando veículos similares (8x4/6x4 pesados + prancha + Munck ≥17tm + guincho). Exigências mínimas para edital:

Componente	Especificação Mínima
Chassi /Caminhão	8x4 (PBT ≥29.000 kg, CMT ≥45.000 kg); motor diesel ≥286 CV ; cabine estendida/leito; transmissão automatizada ≥12 marchas; freios ar + ABS/EBD/ASR/Top Brake; pneus 275/80 R22.5; tanque ≥210 L + ARLA 30-50 L; rodas 7.5x22.5; direção hidráulica; A/C, vidros/travas/retrovisores elétricos, rádio USB, banco ar, sirene ré. Cor branca.
Plataforma "Carrega Tudo"	Fixa, 9.5 m comprimento; assoalho aço xadrez 4.25 mm; longarinas viga I + travessas; argolas amarração; rampa eletro-hidráulica 1 estágio (alavanca); suporte pé/sapata; mancal articulação; capacidade ≥20 t útil.
Guindaste Articulado (Munck)	≥17 tm momento (ex.: Facchini); cap. máx. 5.1 t; alcance hidr. ≥12 m horiz./15 m vert.; giro 360°; 4-6 lanças hidr./man.; estabilizadores; estrutura LNE 600/700.
Guincho Repuxo	Cap. mín. 19 t; integrado à prancha.

<b>Conformidades</b>	INMETRO/ABNT/CONTRAN; garantia 12 meses ilimitada km (veículo/implementos); assistência técnica autorizada no PR.
<b>Acessórios</b>	Macaco, chave rodas, triângulo, estepe, manuais, faixas refletivas, bateria protetor; emplacamento CRLV /tacógrafo/opacidade.

#### Fontes principais:

- Atego 3330 8x4 + prancha 9.5m + Facchini 17tm, R\$1.045.000 (60 dias validade).
- SEMAE: Bitruque 8x4 + guindaste hidr. + prancha rampas, R\$1.293.900 (120 dias entrega).
- Outras ARP: GMS/FUNAP/Itapema (≥R\$700k, specs parciais).

### 6.3. Forma de Suprimento e Gerenciamento

- **SRP Flexível:** Registro preços unitários; chamadas públicas por consorciado (recursos próprios/estaduais).
- **Critérios Aceitabilidade:** Proposta ≥ specs mínimas; amostras técnicas se exigido.
- **Riscos Mitigados:** Padronização (mesmo modelo), assistência MB/VW/DAF no PR.
- **Benefícios:** Reduz ociosidade máquinas (mobilidade + carregamento); atende demandas diárias agricultura; economia 10-20% vs. compras individuais.

Essa solução é **viável, eficaz e alinhada à necessidade**, promovendo eficiência pública sustentável.

### 6.4 Abrangência da solução (visão 360° do ciclo de vida)

A solução engloba o conjunto de atividades e entregas desde o planejamento e aquisição até desmobilização/descarte sustentável, contemplando:

- Planejamento e aquisição
- Especificação técnica mínima padronizada por categoria
- Matriz de compatibilidade (combustíveis, óleos, ferramentas)
- Exigência de rede de assistência técnica autorizada a no máximo 100 km de cada município atendido
- Prova de disponibilidade de peças críticas em estoque regional

### 6.5. Fabricação e pré-entrega

- Vistoria de pré-entrega (PDI) com checklist do fabricante
- Atualização de software/ECU e calibrações de fábrica

### 6.6. Logística, entrega e recebimento provisório

- Transporte, seguro e responsabilidade pela integridade até o local de entrega
- Conferência documental e física (nota fiscal, CAT/CSV, manuais, chave reserva, kit ferramentas, cronograma de revisão)

### 6.7. Instalação/Comissionamento

- Ativação de telemetria e registro de ativos
- Teste funcional completo em campo
- Configuração de parâmetros de segurança e operação

### 6.8. Capacitação e operação assistida

- Treinamento in loco para operadores e mecânicos (mín. 20 horas)
- Entrega de materiais didáticos em português, listas de verificação e procedimentos de emergência
- Operação assistida, com acompanhamento técnico do fornecedor

### 6.9. Suporte, manutenção e gestão de peças/insumos

- Plano de manutenção preventiva por horas/km e/ou calendário
- SLAs de atendimento e disponibilidade mínimos
- Gestão de garantia e facilidades de RMA
- Fornecimento de consumíveis iniciais e EPIs recomendados

## 6.10. Monitoramento e melhoria contínua

- Telemetria com indicadores de uso, consumo, ociosidade, falhas
- Relatórios mensais e dashboards de desempenho para o CICA/municípios

## 6.11. Sustentabilidade, segurança e conformidade

- Requisitos ambientais e de emissões (ex.: PROCONVE P8 para pesados)
- NR aplicáveis (NR 11, NR 12, NR 06), sinalização e dispositivos de segurança
- Política de descarte de resíduos (PNRS) e recolhimento de embalagens/óleo usado

## 6.12. Desmobilização e descarte

- Diretrizes para alienação, substituição e destinação final ambientalmente adequada
- Preservação do valor residual e registro patrimonial

## Resumindo

- **Solução:** SRP 23 caminhões 8x4 2026 equipados (prancha + guincho 19t).
- **Specs chave:** Atego 3330-like (PBT 29t, 286CV Euro6, prancha 9.5m, ).
- **Execução:** 90 dias/OS, garantia 12m, conformes normas.

# 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

## 7. Estimativa das Quantidades

### 7.1. Base de Cálculo

A estimativa considera:

- **Número atual de consorciados:** O Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental conta com municípios que receberam máquinas pesadas do Estado (aprox. **R\$ 3,7 milhões por município**). A demanda por mobilidade é uniforme, mas nem todos adquirirão imediatamente – alguns já têm recursos, outros buscam financiamento.
- **Necessidade operacional:** Cada consorciado precisa de **1 unidade** para transportar equipamentos como tratores de esteira, escavadeiras e rolos compactadores, resolvendo limitações de locomoção.
- **Pesquisa de mercado:** Análise de atas, propostas e contratos semelhantes (ex.: Mercedes-Benz Atego 3330 8x4 com prancha "carrega tudo" + guindaste Facchini 17tm + guincho; DAF XF 6x4; etc.) confirma viabilidade para **23 unidades**, alinhada a consórcios regionais (ex.: GMS/PR, SEMAE/SP). Quantidades foram ajustadas de 46 para **23 unidades** (apenas configuração Munck + prancha + guincho 19t mín.), priorizando eficiência.
- **Flexibilidade do SRP (art. 82):** Preços registrados por até 12 meses, com adesões parciais por consorciados somente, não sendo permitido a órgãos externos.

### 7.2. Quantidades Estimadas

Item	Descrição Succinta	Quantidade Estimada	Observações
1	Caminhão novo 0km, 8x4, ano/modelo mín. 2026, equipado com plataforma fixa "carrega tudo" + guindaste articulado (Munck) + guincho repuxo mín. 19t	<b>23 unidades</b>	Lote único; estimativa por consorciado (1 /unid.); não obrigatória total; possibilidade de adesão externa.

### 7.3. Fundamentação e Riscos

- **Demanda projetada:** Baseada em 23 consorciados potenciais, com taxa de adesão conservadora de 100% inicial, mas flexível (ex.: 70-80% real). Evita superestimação, conforme **IN TCU 73/2020**.

- **Valor estimado total:** Aprox. **R\$ 24 milhões** (média unitária ~R\$ 1.045.000,00 de propostas recentes: Canhotinho R\$1.049 k; propostas CICA R\$1.045k; SEMAE R\$1.293k; excluídos <R\$700k e outlier >R\$1.482k).
- **Riscos mitigados:** Subutilização via SRP (sem compromisso); superdemanda via chamamento público (**art. 86**).

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 23.378.212,00

### 8. Estimativa de Valor da Contratação

#### 8.1. Metodologia de Levantamento

- **Fontes consultadas:** Orçamentos físicos anexados (propostas Mercedes-Benz Atego 3330 8x4 com prancha + guindaste Facchini 17 tm), atas de registro de preços (GMS/PR), contratos públicos (SEMAE/SP, FUNAP/SP, Canhotinho/PE) e propostas de mercado.
- **Critérios de seleção:** Preços unitários recentes (2025/2026) para veículos similares (8x4 ou equivalentes, com Munck /prancha/guincho). Desconsidere Codevasf (configuração 4x2 diferente), Três Lagoas (divergente) e itens sem implementos completos.
- **Média de mercado filtrada:** R\$ 1.016.444,00 (base para validação).

#### 8.2. Tabela de Levantamento de Preços de Mercado

Aqui está o resumo dos preços relevantes (acima de R\$ 800.000,00 e comparáveis):

Entidade/Fornecedor	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Data /Ano	Fonte
Proposta Física (Mercedes-Benz Atego 3330 8x4)	Caminhão + prancha "carrega tudo" + guindaste Facchini (17 tm) + guincho	1.045.000,00	2026	Propostas recebida por e-mail
Pref. Canhotinho/PE	Caminhão equipado similar	1.049.000,00	Recente	Pesquisa realizada outros órgãos.
GMS/PR (Ata 441/2025, Lote 2 Item 3)	Caminhão truck 8x2 (base, sem prancha completa)	875.820,00	2026	Pesquisa realizada outros órgãos.
FUNAP/SP (Contrato 51 /2025)	Caminhão truck + Munck (sem prancha)	818.500,00	2025	Pesquisa realizada outros órgãos.
SEMAE/SP (Contrato 158 /2025)	Bitruck 8x4 + guindaste hidráulico + prancha carrega tudo	1.293.900,00	2025	CONTRATO-n-158-2025---SEMAE-SO-JOS-DO-RIO-PRETO.pdf

Levantamento de Preços de Mercado para Caminhões 8x4 Equipados (2025/2026)

#### 8.3. Estimativa de Custo Total

- **Valor unitário estimado:** **R\$ 1.016.444,00** (validado pela média de mercado filtrada).
- **Quantidade:** 23 unidades (SRP flexível, sem obrigatoriedade total).
- **Valor total estimado:** **R\$ 23.378.212,00**  
Inclui todos os custos (veículo + implementos + frete + impostos + emplacamento). Margem de 10-15% para variações inflacionárias (IPCA/IGP-M), conforme art. 23, §3º.

#### 8.4. Justificativa de Viabilidade Econômica

O valor está alinhado ao mercado público recente, com economia de escala via SRP (art. 82). Não há sobrepreço, pois reflete especificações técnicas rigorosas (ano 2026, Munck + prancha + guincho 19t). Orçamentos solicitados a Turim Diesel e Rivesa não responderam ou recusaram, reforçando a proposta física como benchmark realista.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### 9. Justificativa para Não Parcelamento da Solução

#### 9.1. Vantagens da Contratação Integral (Lote Único)

- **Economia de escala:** Aquisição em lote único permite negociação de descontos significativos com fornecedores, redução de custos unitários (média de mercado ~R\$ 1.020.000,00) e frete otimizado. Parcelamento elevaria preços em 10-20% por perda de volume.
- **Padronização técnica e logística:** Veículos idênticos (ano/modelo 2026) facilitam manutenção, treinamento de operadores e intercambialidade entre consorciados, evitando incompatibilidades.
- **Agilidade no SRP:** Modalidade permite registros flexíveis (art. 82), com chamadas públicas sucessivas sem obrigatoriedade total, atendendo demandas graduais sem fragmentar o contrato inicial.

#### 9.2. Ausência de Restrições Orçamentárias ou Operacionais

- Consorciados já possuem recursos (R\$ 3,7M/município em máquinas estaduais) ou buscam fontes complementares, viabilizando o total estimado de **R\$ 23.378.212,00**. Não há limitações de dotação orçamentária que justifiquem fracionamento (§1º do art. 23).
- **Risco de ineficiência:** Parcelamento geraria múltiplos processos licitatórios, aumentando burocracia, prazos e custos administrativos (publicidade, análise de propostas).

#### 9.3. Conformidade Legal e Benefícios Estratégicos

- Alinha-se ao **princípio da economicidade** (art. 5º), priorizando solução holística para mobilidade de máquinas pesadas. Parcelamento só seria cabível se houvesse incompatibilidade com o plano plurianual ou limitações técnicas, o que não ocorre aqui.
- Reforça sustentabilidade do consórcio, maximizando uso de bens públicos sem ociosidade.

Essa justificativa demonstra que o **não parcelamento** é a opção mais vantajosa, econômica e eficiente.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

### 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

#### 10.1. Natureza Autônoma da Contratação Principal

- A aquisição via SRP é **independente e autossuficiente**, focada em bens duráveis prontos para uso imediato (ano/modelo 2026). Não depende de obras civis, serviços contínuos ou suprimentos complementares para operacionalização inicial.
- Os caminhões resolvem diretamente a mobilidade das máquinas pesadas já recebidas do Estado (tratores de esteira, escavadeiras, rolos compactadores), sem necessidade de contratações prévias ou paralelas obrigatórias.

#### 10.2. Ausência de Vinculações Operacionais ou Temporais

- **Não correlatas:** Manutenção preditiva, treinamento de operadores ou seguros são serviços eventuais, gerenciáveis via contratações futuras isoladas (ex.: dispensa ou pregão para peças sobressalentes), sem interdependência com a aquisição.
- **Não interdependentes:** Não há cronograma compartilhado ou fluxo de caixa vinculado. O SRP permite chamadas públicas flexíveis (art. 82), dispensando contratações simultâneas.
- Análise dos arquivos anexados (propostas Mercedes-Benz, contrato SEMAE, Associador1): Confirmam aquisição unitária de veículos equipados, sem menção a pacotes integrados.

#### 10.3. Conformidade e Prevenção de Riscos

- Alinha-se ao **princípio da segregação de despesas** (art. 5º), evitando sobreposições. Qualquer serviço futuro será avaliado em ETP próprio, garantindo transparência e economicidade.



Aspecto	Contratação Principal (SRP Caminhões)	Possíveis Futuras (Não Correlatas)	Dependência
Objeto	Aquisição de 23 veículos equipados	Manutenção/seguros/treinamento	Nenhuma
Prazo	Registro por 12 meses (flexível)	Sob demanda	Independente
Valor	R\$ 23.378.212,00	Estimado em ETP separado	Sem vinculação
Justificativa	Mobilidade imediata de máquinas	Suporte operacional posterior	Autônoma

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

### 11.1. Compatibilidade com o Planejamento Estratégico

- A contratação atende diretamente aos objetivos do **PPA 2024-2027** e **LOA 2026** dos municípios consorciados, priorizando **infraestrutura rural e agricultura sustentável** (ex.: conservação de estradas, mobilidade de máquinas pesadas recebidas do Estado via Secretaria da Agricultura). Ainda que a presente licitação não seja compartilhada, ela é direcionada aos municípios consorciados ao CICA, que poderão futuramente aderir à Ata de Registro de Preços, caso haja interesse e disponibilidade orçamentária. Por isto, se teve o cuidado de ela estar em consonância com os objetivos de seus PPAs e LOAs.
- Resolve gargalos operacionais identificados no planejamento municipal: subutilização de equipamentos estaduais (R\$ 3,7M /município), alinhando-se à meta de **otimização de bens públicos** e **desenvolvimento regional**.
- O SRP flexível (art. 82) permite adesões graduais, sem impacto imediato no orçamento anual, preservando a execução de ações planejadas.

### 11.2. Recursos Externos e Ausência de Previsão Inicial

- A unidade destinada ao CICA decorre de **recursos externos não previstos** no plano plurianual (provenientes de convênios estaduais e contrapartidas municipais em busca). Não consta na LOA por ser despesa **eventual e complementar**, mas integra o planejamento operacional do consórcio para suporte logístico.
- Não gera desequilíbrio orçamentário:** Valor unitário (R\$ 1.016.444,00) é suprido por dotações remanejáveis ou convênios, conforme **art. 167 da CF/88** e **art. 16 da Lei 14.133/2021** (adaptações orçamentárias).

### 11.3. Benefícios e Conformidade Legal

- Reforça a **economicidade e eficiência** (art. 5º), com economia de escala no SRP e maior aproveitamento de investimentos estaduais.
- Alinha-se à **LDO 2026**, que enfatiza parcerias intermunicipais para infraestrutura, sem violação de limites de empenho.

Essa contratação é **estratégica e alinhada**, transformando recursos externos em capacidade operacional sustentável.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### 12.1. Benefícios Operacionais

- Mobilidade plena das máquinas:** Transporte eficiente de tratores de esteira, escavadeiras e rolos compactadores, eliminando ociosidade e permitindo locomoção entre municípios consorciados.
- Multifuncionalidade:** O Munck permite carregamento autônomo de implementos agrícolas (grades, pulverizadores), ampliando uso diário sem veículos ociosos.
- Redução de tempo de inatividade:** De meses para horas, otimizando serviços rurais em até **80%** (estimativa baseada em demandas reais do CICA).

### 12.2. Benefícios Econômicos

- **Economia de escala via SRP:** Preços unitários fixos (~R\$ 1.016.444,00), com descontos por volume e adesões flexíveis (art. 82), evitando licitações isoladas (economia projetada de 15-20%).
- **Valorização de investimentos estaduais:** Máximo retorno sobre R\$ 3,7M/município, sem custos adicionais de locação ou manutenção externa.
- **Custo total controlado:** 23.378.212,00 para 23 unidades, com durabilidade >10 anos e baixa depreciação.

### 12.3. Benefícios Estratégicos e Sociais

- **Desenvolvimento rural sustentável:** Melhoria de estradas, produtividade agrícola e segurança viária, beneficiando produtores familiares e economia local.
- **Fortalecimento do consórcio:** Padronização facilita o gerenciamento da ARP, sendo que o CICA adquirirá inicialmente 1 (uma) unidade para suporte logístico, podendo os demais municípios aderirem à ARP caso necessitem e possuam disponibilidade orçamentária.
- **Conformidade e eficiência pública:** Alinha-se a princípios de economicidade (art. 5º), com indicadores de desempenho mensuráveis (km rodados, máquinas transportadas).

Esses benefícios superam alternativas (locação ou doações), garantindo **eficiência administrativa** e **impacto social positivo**.

## 13. Providências a serem Adotadas

### 13.1. Ações Administrativas e Legais

- **Aprovação do ETP:** Submissão à autoridade máxima do consórcio, para homologação, com parecer jurídico atestando conformidade à Lei 14.133/2021.
- **Publicação do ETP:** Divulgação no Diário Oficial do Consórcio e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com prazo mínimo para impugnações (art. 54).
- **Elaboração do Edital:** Definição de especificações técnicas, critérios de julgamento (menor preço por item) e minuta de contrato.
- **Habilitação e Julgamento:** Verificação de capacidade técnica (ex.: ART para montagem de implementos), econômica e regularidade fiscal dos licitantes.

### 13.2. Alocação de Recursos e Financeiros

- **Dotação Orçamentária:** Remanejamento ou suplementação na LOA 2026 dos consorciados (priorizando os com recursos disponíveis dos R\$ 3,7M estaduais), totalizando 23.378.212,00. Para a unidade do CICA, uso de convênios externos não previstos inicialmente.
- **Garantias Contratuais:** Exigência de caução ou seguro-garantia (5-10% do valor, art. 103), com pagamento por etapas (entrega parcial).
- **Fonsecção:** Autorização prévia para empenho via Ata de Registro de Preços (ARP), com vigência de 12 meses.

### 13.3. Cronograma Estimado

Etapa	Responsável	Prazo Estimado (a partir de 06/04/2026)	Produto
Aprovação do ETP	Diretoria CICA	15 dias	Homologação assinada
Publicação ETP/PNCP	Setor de Licitações	20 dias	Edital preliminar
Chamada Pública SRP	Comissão de Licitação	45 dias	ARP homologada
Primeira Adesão/Entrega	Consorticiados	90 dias	1ª unidade entregue (CICA)
Execução Total	Fornecedor	180 dias	23 unidades entregues

### 13.4. Cronograma de Providências para SRP de Caminhões

Essas providências garantem **execução célere e segura**, com monitoramento via PNCP e relatórios trimestrais ao TCE/PR, evitando atrasos na mobilidade das máquinas estaduais.

Cada município consorciado que venha a aderir à Ata de Registro de Preços deverá realizar por conta própria a contratação de seguro veicular para os caminhões, quando de sua aquisição, assim como seguro para os veículos a serem transportados por eles.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

### 14.1. Impactos Potenciais

- **Emissões atmosféricas:** Diesel Euro VI gera ~0,8 kg CO/km e NOx/PM reduzidos (50-70% menos que Euro III), com pegada anual de ~120 t CO (10 mil km/unidade).
- **Ruído e vibração:** Operação rural em <85 dB(A), afetando mínimas áreas habitadas (NR-15).
- **Resíduos perigosos:** Óleo lubrificante, pneus e filtros (~2 t/ano total), risco de contaminação pontual.
- **Consumo energético:** ~35 L/100 km diesel, sem impacto hídrico significativo.
- **Positivo indireto:** Reduz ociosidade de máquinas, evitando emissões de locação externa.

### 14.2. Medidas Mitigadoras Obrigatórias

- **Especificação técnica:** Euro VI obrigatório no edital + filtro DPF/SCR para corte de 90% poluentes.
- **Gerenciamento de resíduos:** Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) no contrato, com reciclagem certificada (CONAMA 316/2002).
- **Treinamento e monitoramento:** Eco-condução para motoristas (redução 10-15% consumo) + relatórios trimestrais (km, emissões via telemetria).
- **Compensação ambiental:** Plantio de **500 mudas nativas** (offset da pegada de carbono), via parceria SEMA/PR ou IAP.
- **Cláusulas contratuais:** Penalidades por não conformidade (multa 2% por infração) e auditoria anual.

### 14.3. Avaliação de Viabilidade

**Não exige licença ambiental prévia** (Anexo I, Res. CONAMA 237/97 – veículos rodoviários dispensados). Benefícios (eficiência logística rural) superam impactos residuais, alinhando à **Agenda 2030 (ODS 13 - Ação Climática)**.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme argumentos apresentados neste estudo, a aquisição de caminhões de acordo com as características especificadas se constitui enquanto solução tecnicamente mais adequada e eficiente para a resolução do problema de mobilidade a longas distâncias dos maquinários destinados ao uso em obras de infraestrutura e apoio à agricultura familiar dos municípios consorciados.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Considerando a viabilidade da contratação descrita neste documento, segue-se para formalização dos termos que regem a solução da contratação através de elaboração de Termo de Referência.

**CARLOS VINICIUS LOMES DA CRUZ**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 08:34:20.*

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÃO S- LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO

A [Autarquia XXXXX], por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] OU [Concorrência] OU [Dispensa de Licitação] OU [Inexigibilidade de Licitação] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de [objeto], nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. [O Edital da Licitação] OU [A Autorização de Contratação Direta] OU [O Aviso de Dispensa Eletrônica];
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

OU

- 2.2. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

OU

- 2.6 O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo - máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

#### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx). O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente*

#### CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

#### CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de XXXXXX;
- 8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação **ou para qualificação na contratação direta;**
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*
- 9.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*
- 9.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*
- 9.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*
- 9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênera;*
- 9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*
- 12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*
- 12.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- 12.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*
- 12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos



no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

- 12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou **na contratação direta**, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### 13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...]; 14.2.

**14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a aprovação de Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.**

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **XXXXXX**, Seção Judiciária de **XXXXXX** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**[Local], [dia] de [mês] de [ano].**

**REPRESENTANTE LEGAL DO CONTRATANTE**

**REPRESENTANTE LEGAL DO CONTRATADO**

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**

Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx  
Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

(A) [órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da [licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica] OU [procedimento de contratação direta], para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no .....  
de ...../202..., processo administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no [Edital de licitação] OU [Aviso da Contratação Direta], sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de [objeto], especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do [edital de licitação] OU [aviso da contratação direta] nº xxxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o(a) [órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços].

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**4.2. SER CONSORCIADO CICA: (SOMENTE CONSORCIADOS CICA PODERÃO ADERIR A ATA):**

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1.            Em caso de prorrogação da ata, [poderá] OU [não poderá] ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no [edital] OU [aviso de contratação direta] e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no [edital] OU [aviso de contratação direta]; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **[edital] OU [aviso de contratação direta]**, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.2.1. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.2.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.2.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *[edital] OU [aviso de contratação direta]*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *[edital] OU [aviso de contratação direta]*.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... ( ) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

### Anexo Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade